

Lobby da reeleição não pára

Derrota não desanima prefeitos, que vão à luta no 2º turno

Já era início de noite quando os constituintes começaram a votar a última esperança dos prefeitos lobbistas. Desde cedo, cerca de 500 administradores municipais ocuparam o Congresso com um objetivo: fazer aprovar a "reeleição a qualquer custo", mesmo que sob o jugo do mandato-tampão. Os gritos de "democracia, democracia" de um prefeito que ocupava a galeria da Câmara escamoteavam o princípio da fisiologia detectado por um de seus colegas do interior de São Paulo que minutos antes, numa conversa informal, apontava uma terceira pessoa como estando "doído para ficar no cargo de qualquer jeito".

As emendas apreciadas permitiriam a reeleição apenas dos atuais prefeitos e vereadores. O pouco espírito público da matéria foi confirmado pelo prefeito de Americana (SP), Carrol Meneghel. Depois de aplaudir o discurso do deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), que dizia ser o mandato-tampão a única forma de vencer a esquerda no País, Meneghel desabafou — "a salvação do PMDB é o mandato-tampão com direito a reeleição". A contraproposta foi feita pelos servidores e funcionários de estatais que lutam pela anistia aos demitidos por greves e perseguição política. Fazendo gestos de ordenamento, enquanto gritavam "vocês querem continuar mamando", eles manifestavam o pensamento da maioria do plenário.

Lá embaixo, além dos constituintes comuns, haviam os 160 deputados candidatos nas próximas eleições. Eles formam juntos o

"maior problema" que deverá ser enfrentado no segundo turno pelo senador César Cals Neto (PDS-CE). Parlamentar e prefeitos pretendem na próxima fase de votação, apoiar emenda supressiva do deputado Michel Temer (PMDB-SP), "ou outras" que aparecerem visando tirar do texto constitucional o dispositivo que proíbe a reeleição dos prefeitos. Cals Neto disse acreditar que destaques mais globalizantes apareçam, permitindo a reeleição para todos os cargos do Executivo.

Portanto o lobby dos prefeitos não cessa com mais essa derrota. Logo depois da Mesa anunciar a prejudicialidade da emenda do deputado Jovanni Mastini (PMDB-PR), que propunha a reeleição dos atuais detentores do poder, prefeitos de todo o País reuniram-se na sala da liderança do PMDB na Constituinte, para traçar os próximos passos do grupo. No vale-tudo dos lobbistas "alguém" poderá ser processado por falsidade ideológica. A intenção foi manifestada pela União dos Vereadores do Brasil — UVB.

Segundo sua secretária-geral, Jussara Cony, que possui mandato em Porto Alegre pelo PCdoB, partiu do Senado Federal telegrama destinado a todos os vereadores do País, conclamando-os a "pressionar" os constituintes a votarem a favor da prorrogação do mandato dos prefeitos e vereadores. O telegrama traz a assinatura falsa do presidente da UVB Paulo Silas, e pretendia, ainda, antecipar o XXV Congresso Nacional dos edis.

Líderes não deram ouvidos

Eram cerca de 200 os prefeitos de todo o País que tentaram ontem pela manhã um último e desesperado lobby para conseguir reeleição nos seus mandatos. O plenário não respondeu aos apelos e manteve a coerência do texto que vem sendo votado há mais de um ano: as reeleições são proibidas em toda a nova Constituição.

Os argumentos dos refeitos eram os mais diversos possíveis. Na sua grande maioria, eles representavam as cidades do interior paulista e estavam capitaneados pelo ex-prefeito de Rio Claro, Lincoln Magalhães, que ainda preside a Associação Paulista dos Municípios. Para ele, defender a reeleição "não pode ser considerado como casuismo. O povo deve ter o direito de escolher quem vai governá-lo e terá chances de reeleger aqueles que foram bons prefeitos".

Mesmo assim, o próprio Lincoln Magalhães sabia da derrota iminente e afirmava que "sabemos que entre os constituintes existem muitos candidatos a prefeito. Isso dificultará na votação, mas acredito que haverá preponderância do bom senso".

Já o presidente da Associação dos prefeitos do Pa-

raná, da cidade de Barbosa Ferraz, Arnaldo Caneglian argumentava que "a reeleição é um direito que pode resgatar uma coisa importante, que é a coincidência dos mandatos com os governadores. O mais importante é os constituintes notarem que nós estamos aqui, não defendendo a reeleição para sempre, mas uma só vez, para resolver um problema".

Mas os prefeitos levaram azar. Durante mais de duas horas eles estiveram no auditório da liderança do PMDB na Constituinte. Só conseguiram uma breve audiência com alguns líderes, que praticamente descartaram a possibilidade de aprovar a reeleição. Com o líder do PMDB, Mário Covas, foi impossível falar. Covas não queria assunto e deixou o gabinete pelo corredor posterior.

Outra tentativa, mais cedo, foi uma visita ao gabinete do deputado Ibsen Pinheiro, líder do PMDB na Câmara. Só receberam um recado do líder: "Prorrogação de mandatos ou reeleição é coisa da Constituinte e esse assunto não é discutido aqui. Só estamos tratando de regulamentar as eleições deste ano". Os prefeitos deixaram o local imediatamente.

EUGENIO NOVAES



Prefeitos estiveram com Ulysses, mas seus apelos não foram atendidos

Candidatos colocam a campanha nas ruas

A decisão da Constituinte de manter as eleições municipais marcadas para novembro próximo e garantir aos eleitos mandatos de quatro anos vai fazer com que as campanhas deslanchem em todos os municípios brasileiros, especialmente nas capitais. A opinião é da deputada Abigail Feitosa (PSB/BA), que pretende concorrer à prefeitura de Salvador. "A-té agora eu dizia que era candidata, mas com essa decisão vou colocar o material de campanha nas ruas", informou ela. O caso de Abigail é exemplar. Como acontece em outros municípios, ela integra uma frente de partidos de esquerda, que poderá lançar um candidato único ou não. "Se conseguirmos consenso em torno de um nome, a eleição estará ganha", pre-

viu. Para a deputada, a realização de eleições no final do ano é "um clamor popular muito grande" e "não haveria sentido em adiar o encontro dos eleitores com as urnas". Se Abigail Feitosa entende que as decisões de ontem da Constituinte são fundamentais, para o deputado Maurício Fruet (PMDB/PR), que vai concorrer à prefeitura de Curitiba, pouca coisa muda. "Eu tinha certeza de que o resultado das votações seria esse", disse. "Estou com toda a infra-estrutura da minha campanha montada", informou. "Nada vai ser alterado", completou. Fruet acredita que a Constituinte não se esvaíará com as decisões de ontem, apesar de existirem cerca de 150 deputados e senadores candidatos a

prefeituras. "Eu, por exemplo, iniciei minha campanha após o término da Constituinte", revelou. Já a campanha do deputado Pimenta da Veiga (sem partido) à prefeitura de Belo Horizonte, ao contrário das campanhas dos outros deputados, não está vinculada somente ao fim da Constituinte ou ao resultado das votações de ontem. Pimenta prefere não se considerar ainda candidato a prefeito, pois espera o registro do novo partido e as regras das eleições, que a Câmara deve aprovar hoje. Para Pimenta, porém, a manutenção do pleito de novembro pela Constituinte não vai esvaíar os trabalhos em plenário. "Foi uma decisão importante, mas ainda provisória. Temos que votar o projeto em segundo turno", concluiu.

Prefeito faz 50 enterros falsos

Salvador — Acusado, entre outras denúncias, de comprar 66 caixões para defuntos com recursos da prefeitura, quando só aconteceram 16 óbitos no município nos últimos quatro meses, e de pagar três vezes o mesmo salário a uma servidora municipal, que por coincidência é filha dele, o prefeito de Araci, José Carlos Neto (PFL), pode perder o mandato.

Exibindo provas documentais contra ele, o deputado Pedro Alcântara, vice-líder do PMDB na As-

sembléia Legislativa da Bahia, pediu ontem a intervenção estadual no município — a 211 quilômetros de Salvador —, e a promotora da Comarca de Serrinha, a qual está subordinada ao município de Araci, Ceres Miriam de Oliveira, ingressou na justiça com uma denúncia formal contra o prefeito.

Fundamento em documentação conseguida pelo vereador de Araci, Grenival Moura (PSC), o deputado Pedro Alcântara acusou ainda José Carlos Neto de

haver gasto 11.110 litros de óleo diesel em apenas um dia. Com salários mensais, em outubro do ano passado, em torno de 22 mil, José Carlos Neto comprou, segundo denunciou o deputado, uma camionete, fazendas e imóveis.

O juiz da Comarca de Serrinha, Jader Machado, confirmou ontem ter recebido a denúncia, mas o prefeito José Neto não tem sido localizado no município desde que as denúncias contra ele tornaram-se públicas.

EUGENIO NOVAES

Brasília sabe hoje se elege já o governador

A Constituinte deve definir hoje se Brasília terá este ano eleições para governador e deputados distritais. Se o quorum for igual ao de ontem, a perspectiva dos parlamentares que integram a bancada do DF é de que as diretas já passarão sem maiores problemas. Por unanimidade, deputados e senadores eleitos por Brasília descartam a proposta do Centrão de eleições este ano somente para deputados distritais. "É tudo ou nada", disse Valmir Campelo (PFL), sintetizando a posição dos outros dez companheiros.

Para o senador Pompeu de Souza (sem partido), tudo não passa de uma "palhaçada" e na opinião do senador Meira Filho (PMDB) é "falta de assunto". Jofran Frejat (PFL) também descarta a proposta de eleição este ano só para deputados distritais e acredita até que ela foi lançada só para resolver problemas de alguns "que não têm coragem de votar abertamente contra as diretas para o DF". Tanto ele quanto o deputado Sigma-

ringa Seixas (PMDB) acham-na tecnicamente "inviável" e politicamente "inaceitável". Assim, o plenário da Constituinte deve votar hoje apenas uma proposta: de restauração do parágrafo terceiro do artigo 12, da Comissão de Sistematização, que foi suprimida no texto do Centrão. O artigo 12, que trata das eleições em 15 de novembro, assegura, em seu parágrafo primeiro, a irredutibilidade do número atual de representantes dos Estados, Distrito Federal e Territórios — ponto consensual — e no parágrafo segundo, que os atuais deputados federais eleitos vice-prefeitos não perdem seus mandatos se convocados a exercer funções de prefeitos. Este já não muito pacífico. O parágrafo terceiro é o que fixa para 15 de novembro a data das primeiras eleições de governador e deputados distritais de Brasília.



Bouchardet

Acordo vai pôr fim aos marajás

Os marajás estão com os dias contados, desde ontem. E que as lideranças partidárias na Constituinte fecharam acordo que prevê a aprovação de dispositivo nas Disposições Transitórias proibindo qualquer remuneração acima do teto de salário fixado pelo texto constitucional. O mesmo dispositivo acaba com o direito adquirido, ainda que o servidor tenha lei ou sentença judicial proferida a seu favor. O bloco das esquerdas vinha defendendo esta proposta, mas só ontem conseguiu fechar o acordo, com apoio do Centrão.

mente nas negociações de ontem. Entre os pontos em que ficaram acertadas fusões estão a fixação do prazo de um ano para elaboração das Constituições estaduais, a partir da data da promulgação da nova Carta, e de seis meses para elaboração das leis orgânicas municipais. O prazo para que o novo sistema tributário entre em vigor será definido hoje, com propostas de fusão do deputado José Serra (PMDB/SP).

As negociações aconteceram durante a parte da manhã, quando as lideranças conseguiram evoluir até o artigo 32 das Disposições Transitórias.

Para a implantação do Tribunal Superior de Justiça, a lei regulamentará o aproveitamento ou não dos atuais membros do Tribunal Federal de Recursos. Será extinto o TFR em nível federal, cujas funções serão absorvidas pelo TST, mas criam-se cinco TFRs para atendimentos de regionais, instalados nos cinco Estados

batidos exaustivamente no dia anterior persistiram, mas hoje (ontem) foi bom porque acertamos a extinção de dois trechos da alegria de uma só vez", exclamou o deputado José Genoino, um dos negociadores pelo PT.

Foi fechado acordo também para a criação da auditoria da dívida externa brasileira, com a composição de uma comissão mista no prazo de um ano, sendo que o Congresso Nacional poderá propor ao Executivo a anulação dos atos considerados fraudulentos. A fixação da figura do soldado da borracha, referência aos seringueiros da Amazônia e conhecido como um dos casuismos do relator Bernardo Cabral, (PMDB/AM), foi confirmada. Os soldados da borracha passarão a receber, após a promulgação da Constituição, uma pensão no valor de dois salários mínimos.

O outro trem citado por Genoino era defendido no texto do Centrão, que previa a incorporação automática de todos os advogados da União nos quadros da Advocacia Geral da União órgão criado pela nova Constituição. Com o acordo fechado ontem, com apoio do Centrão, lei complementar regulamentará a composição do novo órgão.

Hoje as negociações prosseguem na parte da manhã.

Quem cala consente

ROBERTO WAGNER MONTEIRO Especial para o CORREIO

Presenciamos nestes dias de Assembléia Nacional Constituinte algo de interessante: de um lado, setores da esquerda, centro e direita manifestando posições favoráveis à defesa das empresas nacionais privadas, sugerindo o seu fortalecimento; doutra parte, inexplicavelmente, grupos não identificados politicamente, malgrado se apresentarem com discursos ideologicamente definidos, trabalham contra as mesmas empresas nacionais, buscando confundir a opinião pública com críticas a insinuações infamantes.

nal a ser defendido? Ir à luta, lógico. E necessário dizer, por exemplo, que empresas do setor agropecuário, da área de informática, bancos brasileiros, mineradoras nacionais, construtoras, enfim segmentos que honram a parte do Brasil que deu certo, não podem ser lançadas na vala comum da incompetência, do desperdício e da corrupção.

O dilema do momento é o seguinte: as empresas nacionais devem calar-se, esperando ver o que acontece, evitando polemizar, correndo o risco de, omitindo-se, consentir nas críticas, ou ir à luta e demonstrar à população esclarecida do País que elas, empresas de brasileiros radicados no Brasil, são, na verdade, patrimônio nacio-

Basta de autocrítica. Chega de masoquismo coletivo. E chegada a hora da contra-informação. Precisamos afirmar claramente que o Brasil é viável, que os brasileiros têm condições de tocar as obras deste País, que os empresários nacionais são competentes e patriotas, honestos em sua absoluta maioria, que o fortalecimento da livre iniciativa é o caminho a ser seguido. Chega de derrotismo e omissão. Viva a competência, a liberdade e a participação.

Roberto Wagner é advogado e diretor da Manchete no DF

Carta preservará o mercado do ouro

O presidente da Bolsa Mercantil de Futuros de São Paulo, Luiz Masagão Ribeiro, disse ontem que há um consenso entre as mais expressivas lideranças na Constituinte da necessidade de se preservar o mercado legal para o ouro, incluindo uma emenda nas disposições transitórias

tratando este metal como um ativo financeiro, cabendo toda a renda tributária aos Estados e Municípios produtores. Segundo Masagão os constituintes não estavam suficientemente informados das consequências da cobrança do ICM sobre as vendas de ouro.

Ausentes já chegam a 151 só em junho

Se a Mesa Diretora da Constituinte resolver considerar as quatro últimas verificações de quorum, ocorrerá muito trabalho para punir os faltosos. Nada menos que 151 parlamentares não compareceram ao plenário nos dias 6, 7, 9 e 13 últimos, transformando a Assembléia em um palco vazio. Entre os ausentes, a maioria é recorrente, pois seus nomes também estão relacionados na lista divulgada pela Mesa, com "os faltosos do mês de maio". Felipe Cheldite (PMDB-SP) e Mário Bouchardet (PMDB-MG) continuam a ocupar o 1º lugar no ranking dos gazeteleros.

De acordo com o Ato da Mesa que decidiu punir os constituintes que faltassem a quatro sessões consecutivas ou a sete alternadas, esses deputados e senadores deverão perder, cada um, cerca de Cz\$ 120 mil nos seus vencimentos relativos ao mês de junho. Alguns alegam em sua defesa que a regra das sessões consecutivas não pode ser aplicada neste caso específico, uma vez que no dia 8 a Constituinte funcionou para prestar uma homenagem ao falecido senador Virgílio Távora e, que na sexta-feira — dia 10 — não houve verificação de quorum.

A desculpa pode até servir para alguns, mas para a Maioria, seguramente, complica ainda mais a situação, pois que configura sete sessões alternadas sem o comparecimento. Outros preferem assumir sua ausência, como o deputado Antônio Perosa (PMDB-SP), que justificou seu desaparecimento "por estar cuidando da estrutura do novo partido". Com alguma dificuldade, o deputado mineiro Aloisio Vasconcelos (PMDB), presente em ambas as listas, disse que teve que se ausentar por uma questão de "sobrevivência política, pois estavam invadindo minhas bases eleitorais".

O levantamento dos faltosos foi feito pelo CORREIO BRAZILIENSE sem levar em consideração as justificativas encaminhadas à Mesa, tendo por base os nomes constantes nas verificações de quorum dos dias 6, 7, 9 e 13 últimos. Poderá, portanto, cometer injustiças com os que se encontram adoentados, como é o caso do deputado João Herrmann Neto (PMDB). A par das exceções, no entanto, a grande maioria deixou de comparecer à Assembléia, segundo suas próprias explicações, porque era uma semana que já se sabia "antecipadamente que não haveria quorum". O argumento é rebatido pelos assíduos, como o deputado Francisco Kuster (PMDB-PA), que considerava a "desculpa esfarrapada e desrespeitosa, pois não leva em consideração os outros que têm comparecido".